

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 11 de junho de 2013



Série

Número 109

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ASSOCIAÇÃO DE PAIS EB1 BOLIQUEIME SANTO ANTÓNIO FUNCHAL
Estatutos n.º 2/2013

**SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E
RECURSOS HUMANOS**ASSOCIAÇÃO DE PAIS EB1 BOLIQUEIME
SANTO ANTÓNIO FUNCHAL**Estatutos n.º 2/2013**ESTATUTOS
CAPÍTULO I DA ASSOCIAÇÃOARTIGO 1.º
DENOMINAÇÃO

Os presentes estatutos regulam a associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar do Boliquireime, freguesia de Santo António, concelho de Funchal, adiante designada por associação.

ARTIGO 2.º
OBJETO

À associação compete assegurar a efetivação dos direitos e deveres que assistem aos pais e encarregados de educação em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos, de acordo com a legislação em vigor, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento de relações solidárias entre toda a comunidade educativa.

ARTIGO 3.º
SEDE E DURAÇÃO

- 1 - A associação tem sede nas instalações da Escola, situadas no Caminho da Barreira, n.º57, 9020-068 - Funchal, freguesia de Santo António, Concelho de Funchal.
- 2 - A associação é constituída por tempo indeterminado e só poderá ser dissolvida por decisão da assembleia-geral, convocada para o efeito, nos termos dos presentes estatutos.

ARTIGO 4.º
NATUREZA

1. A associação que se regerá pelos presentes estatutos aprovados em Assembleia-geral, é uma associação de direito privado, interesse público, educativo, formativo, cultural e científico, sem fins lucrativos e independente de qualquer ideologia política ou religiosa, que respeita as diversas correntes de opinião e os padrões de direito natural reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e procurando assegurar que a educação e ensino dos filhos ou educandos dos associados se processe segundo os princípios da Declaração dos Direitos da Criança.
2. A associação poderá filiar-se, federar-se e cooperar com associações congéneres, a nível de: agrupamento, local, regional, nacional e internacional.
3. A associação poderá colaborar e cooperar com associações de carácter educativo, formativo, cultural, científico ou desportivo, desde que daí advenham vantagens coletivas para os filhos ou educandos dos associados.

ARTIGO 5.º
FINS

A associação tem como finalidade:

- a) Consciencializar os associados à vivência e defesa dos valores fundamentais da família e dos deveres do educador, de modo a assegurar o bem desempenho da ação educativa da Escola;
- b) Fomentar a colaboração efetiva entre os pais e encarregados de educação e a restante comunidade educativa, nomeadamente através da participação nos órgãos de gestão escolar;
- c) Apoiar e desenvolver iniciativas de carácter educativo e social compatível com a natureza e objetivos da associação de iniciativa própria ou sempre que para tal seja solicitada a sua colaboração, quer pela Escola quer por Associações congéneres ou outras entidades interessadas no sucesso educativo;
- d) Informar os pais e encarregados de educação, associados ou não, quanto ao funcionamento da escola e da política educativa.
- e) Apoiar a criação ou melhoramento de infraestruturas necessárias ao bom funcionamento da Escola, colaborar com o Corpo Docente, Pessoal Administrativo e de Apoio da Escola de forma a proporcionar aos alunos um melhor desenvolvimento da sua personalidade e bem assim exercer as competências que por lei lhe sejam atribuídas.

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOSARTIGO 6.º
ASSOCIADOS

- 1 - Podem ser associados da AP:
 - a) Todos os pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam a Escola, considerando-se sócios efetivos, após preenchimento e assinatura de ficha de associado.
 - b) Qualquer pessoa ou entidade que, em assembleia-geral, por proposta da direção ou de 10% dos associados, seja aprovado como tal, considerando-se sócio honorário.

ARTIGO 7.º
DIREITOS

- 1 - São direitos dos sócios efetivos:
 - a) Participar na assembleias-gerais;
 - b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais previstos nos estatutos
 - c) Utilizar a associação para a resolução de quaisquer problemas relacionados com a Escola e com os seus filhos ou educandos que caibam no âmbito deste estatuto;
 - d) Requerer a reunião de assembleia-geral, nos termos da alínea b) do artigo 17.º dos estatutos.
- 2 - São direitos dos sócios honorários:
 - a) Participar nas reuniões da assembleia-geral, podendo intervir na apresentação de propostas próprias, mas sem direito a voto;
 - b) Ser informado das deliberações e atividades da associação;
 - c) O sócio honorário não pode eleger nem ser eleito;

ARTIGO 8.º
DEVERES DOS ASSOCIADOS

São deveres dos sócios efetivos e extraordinários:

- a) Colaborar nas atividades da associação, contribuindo para a persecução dos seus objetivos;
- b) Exercer com zelo e diligência os cargos para que for eleitos e ou nomeados pelo conselho executivo;
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e o regulamento interno;
- d) Pagar a quota trimestral, de acordo com o prazo e montante estabelecido em assembleia-geral;
- e) Haver uma quota solidária para eventuais situações, previamente debatidas e analisadas em assembleia-geral.

ARTIGO 9.º
PERDA DE QUALIDADE

Perdem a qualidade de associados aqueles que:

- a) Comuniquem por escrito a sua demissão ao conselho executivo;
- b) Não paguem a quota estipulada;
- c) Faltando ao cumprimento de outros deveres, sejam demitidos em assembleia-geral, sob proposta devidamente fundamentada do conselho executivo.

CAPITULO III
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 10.º
ESTRUTURA

São órgãos sociais da associação:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) O Conselho Executivo;
- c) O Conselho Fiscal.

ARTIGO 11.º
EXERCÍCIO DE CARGOS

- 1 - O exercício de cargos nos órgãos sociais da associação não é remunerado.
- 2 - Os titulares dos cargos da associação são civil e criminalmente responsáveis pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do seu mandato.

ARTIGO 12.º
MANDATO

- 1 - O mandato dos órgãos sociais tem a duração de 12 meses a partir da data da tomada de posse.
- 2 - Os membros dos órgãos sociais são eleitos em assembleia-geral a realizar para o efeito, nos termos do presente estatuto.
- 3 - Qualquer elemento dos órgãos sociais pode requerer a sua demissão fundamentada, em carta dirigida ao Presidente da Assembleia Geral, sendo que o mesmo pode ser substituído pelo suplente do respetivo pelouro, isto considerado a sua demissão.

ARTIGO 13.º
DELIBERAÇÕES

- 1 - As deliberações dos órgãos sociais são tomadas por maioria simples de votos dos presentes, excepto nos casos previstos nos pontos seguintes:
 - a) Para alteração do estatuto, exclusão e demissão de sócios, é necessário o voto favorável de 3/4 dos presentes na respetiva assembleia.
 - b) Para dissolução da associação é necessário o voto favorável de 3/4 do total de associados.

ARTIGO 14.º
FUNCIONAMENTO

- 1 - As reuniões dos órgãos são convocadas pelo respetivos presidentes ou por quem o substituir, sendo de cada sessão lavrada a respetiva ata.
- 2 - Os órgãos sociais da associação só podem funcionar com a maioria dos respetivos titulares.

SECÇÃO II
DA ASSEMBLEIA-GERAL

ARTIGO 15.º
COMPOSIÇÃO

A assembleia-geral é o órgão soberano da associação, sendo constituída pelos associados reunidos no pleno uso dos seus direitos.

ARTIGO 16.º
COMPETÊNCIAS

São atribuições da assembleia-geral:

- a) Apreciar e votar propostas de alteração do estatuto, do regulamento interno e de dissolução da associação;
- b) Eleger ou destituir a mesa da assembleia-geral e os membros dos restantes órgãos sociais da associação;
- c) Discutir, dar parecer e deliberar sobre as atividades da associação;
- d) Apreciar e votar o relatório e contas anuais;
- e) Estabelecer o valor da quota de associado;
- f) Aprovar a admissão de sócios honorários;
- g) Deliberar sobre a dissolução da AP;
- h) Exercer todas as demais competências que lhe são atribuídas nos termos dos presentes estatutos e da lei geral.

ARTIGO 17.º
FUNCIONAMENTO

- 1 - A assembleia-geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias mediante convocatória com, pelo menos, oito dias de antecedência, com indicação da data, hora e local em que terá lugar a reunião e a respetiva ordem de trabalhos.
 - a) Ordinariamente, reúne duas vezes por ano até 30 de Outubro, sendo a primeira para apresentação, discussão e aprovação do relatório e contas do ano letivo anterior e a segunda para eleger os órgãos sociais.
 - b) Extraordinariamente, reúne sempre que seja convocada a requerimento do conselho executivo, do conselho fiscal ou de pelo menos, 15% da totalidade dos associados no pleno uso dos seus direitos.

- 2 - A assembleia-geral só poderá funcionar em primeira convocação desde que esteja presente a maioria absoluta dos associados e em segunda convocação meia hora mais tarde, com qualquer número de associados.
- 3 - A reunião da assembleia-geral extraordinária, a requerimento dos associados, só poderá realizar-se se comparecerem, pelo menos, dois terços dos requerentes.
- 4 - Cada associado só tem direito a um voto, qualquer que seja o número de filhos ou educandos.

ARTIGO 18.º CONVOCATÓRIA

- 1 - A convocatória da assembleia-geral é da competência do presidente da mesa da assembleia-geral, por sua iniciativa, ou a pedido do conselho executivo, do conselho fiscal ou a requerimento de associados nos termos do artigo 17.º, n.º 1, alínea b).
- 2 - As formas de convocação dos associados para a assembleia-geral serão:
 - a) Por aviso postal ou notificação através dos educandos;
 - b) Por aviso afixado na escola.
- 3 - Requerida a convocação da assembleia-geral em sessão extraordinária, deve a mesma ser convocada no prazo máximo de cinco dias, após a receção do requerimento e ter lugar nos 15 dias seguintes ao mesmo facto.

ARTIGO 19.º MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

A mesa da assembleia-geral é constituída pelo presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.

ARTIGO 20.º COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Compete ao presidente da mesa da assembleia-geral:

- a) Convocar a assembleias-gerais e dirigir os respetivos trabalhos;
- b) Presidir e fiscalizar o processo eleitoral;
- c) Dar posse ao novo presidente da mesa da assembleia-geral;
- d) Assinar as atas das sessões;
- e) Providenciar no sentido de, no prazo de oito dias após a assembleia-geral, ser afixada na escola em local apropriado para o efeito, fotocópia da ata da respetiva sessão.

SECÇÃO III DO CONSELHO EXECUTIVO

ARTIGO 21.º COMPOSIÇÃO

O Conselho executivo é composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

ARTIGO 22.º COMPETÊNCIAS

Sendo o órgão de gestão da associação compete ao conselho executivo:

- a) Dar cumprimento às deliberações da assembleia-geral e dirigir todas as atividades próprias dos objetivos da associação sua administração e seus bens;
- b) Representar a associação;
- c) Proceder à inscrição dos seus associados e propor à assembleia-geral a perda da qualidade de associados sempre que se justifique, nos termos estatutários;
- d) Promover a constituição de grupos de trabalho para a prossecução de quaisquer interesses inseridos nos objetivos da associação;
- e) Afixar antecipadamente o calendário de atividades que adotar, para conhecimento dos interessados.
- f) Submeter à assembleia-geral o relatório de atividades e contas anuais, para discussão e aprovação, nos termos estatutários;
- g) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei e pelos presentes estatutos.

ARTIGO 23.º FUNCIONAMENTO

- 1 - O Conselho executivo reunirá trimestralmente e extraordinariamente, sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.
- 2 - Poderão participar nas reuniões do conselho executivo, quando convidados:
 - a) Os membros da mesa da assembleia-geral;
 - b) Os membros do conselho fiscal;
 - c) Um representante do conselho executivo da escola, qualquer outro professor ou qualquer pessoa que para tal tenham sido, justificadamente, convidados.
- 3 - A associação obriga-se:
 - a) No movimento de documentos de tesouraria com duas assinaturas, entre o presidente do conselho executivo, o vice-presidente e o tesoureiro.
 - b) Para o restante expediente, com uma assinatura, preferencialmente a do presidente do conselho executivo.

ARTIGO 24.º COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DO CONSELHO EXECUTIVO

- 1 - Compete ao presidente do conselho executivo:
 - a) Representar o conselho executivo;
 - b) Convocar os membros do conselho executivo para as reuniões e presidir às mesmas;
 - c) Dirigir e coordenar os trabalhos, executando e fazendo executar as deliberações do conselho executivo;
 - d) Gerir financeiramente a associação juntamente com o secretário e o tesoureiro;
 - e) Assinar as atas das reuniões do conselho executivo;
 - f) Proceder à gestão do pessoal ao serviço da associação.
- 2 - Compete ao vice-presidente coadjuvar e substituir o presidente na sua falta ou impedimento.

- 3 - Compete ao secretário e tesoureiro as atribuições que normalmente cabem a estas funções.
- 4 - Os membros do conselho executivo são solidariamente responsáveis pelas decisões tomadas no exercício das suas funções e competências, quando em ata não se tenham a elas oposto.

SECÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 25.º Composição

O Conselho Fiscal é constituído por um presidente e dois vogais.

ARTIGO 26.º Competências

Compete ao conselho fiscal:

- a) Dar parecer sobre o relatório e contas anuais
- b) Fiscalizar a escrituração, documentos da associação, quando julgue necessário;
- c) Emitir parecer sobre qualquer assunto, mediante pedido da assembleia-geral ou do conselho executivo da associação;
- d) Requerer a convocação da assembleia-geral, nos termos estatutários;
- e) Solicitar a qualquer órgão da associação as informações que entenda necessárias;
- f) Cumprir as demais disposições impostas por lei no âmbito das suas funções.

ARTIGO 27.º Funcionamento

O Conselho fiscal reúne sempre que necessário e pelo menos uma vez por ano, sendo convocado pelo seu presidente.

CAPITULO IV DO PATRIMÓNIO

ARTIGO 28.º BENS PATRIMONIAIS

Constituem património da associação quaisquer bens móveis e imóveis que venham a ser adquiridos por qualquer dos títulos legalmente previstos e as receitas próprias da associação provenientes de quotização dos associados, subsídios e contributos financeiros públicos ou privados ou outras receitas provenientes do exercício de atividades compatíveis com a natureza da associação.

CAPITULO V DO PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 29.º MARCAÇÃO

- 1 - Os membros dos órgãos sociais são eleitos anualmente por sufrágio direto e secreto.
- 2 - As eleições efetuar-se-ão até 30 de Outubro, na reunião ordinária anual da Assembleia-geral, que será convocada com a antecedência mínima de 15

dias e funcionará durante a Assembleia como Assembleia Eleitoral.

- 3- Da respetiva convocatória constarão:
 - a) O dia, o local, a hora e a ordem de trabalhos.
 - b) Horário de abertura e encerramento da urna.
 - c) A data limite para a entrega das listas.

ARTIGO 30.º CADERNO ELEITORAL

- 1 - Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos, todos os que cumpram as condições expressas no Capítulo II, artigos 6.º e 7.º deste Estatuto.
- 2 - Qualquer membro efetivo poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer filiado, devendo as reclamações dar entrada na sede da associação até 7 dias antes da data designada para a Assembleia Eleitoral.
- 3 - As reclamações serão apreciadas pela Mesa da Assembleia-geral até ao final do 2.º dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, com conhecimento da decisão ao associado reclamante, não havendo recurso desta decisão.

ARTIGO 31.º APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

- 1 - As listas candidatas deverão dar entrada na sede da associação até 7 dias antes do ato eleitoral.
- 2 - As candidaturas podem ser apresentadas por associados que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Artigo 7.º destes estatutos, em número não inferior a 11 membros efetivos, sendo que a cada cargo estatutário deverá corresponder e ser indicado um associado.
- 3 - Qualquer membro efetivo pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subscrever mais de uma lista.
- 4 - Todas as candidaturas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto, no qual se confirme a aceitação do cargo para que é candidato.
- 5 - Será obrigatório, com a apresentação da lista, esta vir acompanhada de um Plano de Atividades e Orçamento, para o mandato a que se candidata.
- 6 - Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles será o mandatário da lista e exercerá as funções de vogal verificador, fazendo, como observador, parte da Comissão Eleitoral.

ARTIGO 32.º VOTAÇÃO

- 1 - A votação efetuar-se-á por escrutínio secreto, tendo como horário o indicado na convocatória, apenas podendo votar os membros efetivos em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição.
- 2 - Haverá uma única mesa de voto presidida pela Comissão Eleitoral, que será composta pelos

elementos da mesa da Assembleia-geral, mais os mandatários das listas, sendo estes estritamente observadores.

- 3 - Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato ao escrutínio, sendo considerada vencedora a lista que obtiver mais votos.

ARTIGO 33.º
ACTO DE POSSE

Os eleitos serão empossados em sessão pública de Ato de Posse que deverá decorrer de seguida à proclamação da lista vencedora, ou até 15 dias após o ato eleitoral, sendo que:

- a) O Presidente da Mesa da Assembleia-geral dará posse ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral eleito;
b) O novo Presidente da Mesa da Assembleia-geral dará posse aos restantes membros eleitos.

CAPÍTULO VI
REGIME FINANCEIRO

ARTIGO 34.º
RECEITAS

- 1 - As receitas compreendem:
a) Quotas anuais dos associados efetivos;
b) Subvenções, subsídios e contratos-programa que lhe sejam atribuídos;
c) Rendimentos de serviços e bens próprios e fundos capitalizados;
d) Heranças, legados, donativos e doações.
- 2 - O valor da quota anual é fixado em Assembleia Geral, sob proposta da Direção Executiva.
- 3 - A Assembleia Geral poderá, excecionalmente e em casos devidamente fundamentados, estabelecer um valor de quota anual inferior ao geral para os Pais e Encarregados de Educação cujas condições socioeconómicas o justifique.

- 4 - O pagamento das quotas é trimestralmente, de acordo com o prazo e montante estabelecido em assembleia-geral anualmente;

ARTIGO 35.º
DESPESAS

As despesas da Associação compreendem:

- a) Pagamentos relativos a despesas com material e outros encargos necessários ao funcionamento dos serviços administrativos;
c) Pagamentos respeitantes a despesas efetuadas pela instituição EB1/PE Boliquireme, previamente acordados pela associação;

ARTIGO 36.º
RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

- 1 - A Associação obriga-se financeiramente por duas assinaturas dos membros da Direção Executiva, de entre presidente, o vice-presidente e do tesoureiro.
- 2 - Todos os documentos de receita e despesa têm de ser rubricados pelo presidente da Direção Executiva ou pelo tesoureiro.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 37.º
DISSOLUÇÃO

Em caso de dissolução da associação, a Assembleia-geral determinará o destino a dar aos seus bens e designará os seus liquidatários.

ARTIGO 38.º
OMISSÕES

Em tudo o que fica omissa no articulado dos presentes estatutos regerão as disposições legais supletivamente aplicáveis.

Funchal, 22 de janeiro de 2013.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas.....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas.....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas.....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€27,66	€13,75;
Duas Séries	€52,38	€26,28;
Três Séries	€63,78	€31,95;
Completa	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: €2,44 (IVA incluído)